

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.666 - MG (2019/0296316-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : GABRIEL VITOR DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por GABRIEL VITOR DE SOUSA, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática do crime previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem em acórdão que restou assim ementado:

"EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES- DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - GRANDE QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS - GRAVIDADE CONCRETA DO FATO PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA - REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - ORDEM DENEGADA".

Daí o presente recurso ordinário, no qual alega o recorrente ausência de fundamentação idônea, ponderando a possibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Salienta que a quantidade de droga apreendida não é suficiente para demonstrar a sua periculosidade e que não estão presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Requer a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a

Superior Tribunal de Justiça

aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Liminar indeferida às fls. 101-102.

O d. Ministério Público Federal manifestou, às fls. 108-112, **pelo Desprovemento do recurso**, em parecer não ementado.

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal a quo (www.tjmg.jus.br), processo n. 0044688-04.2019.8.13.0112, verifico que o Juiz da Vara Criminal da Comarca de Campo Belo/MG, proferiu sentença condenatória em 21/10/2019 e expediu alvará de soltura em 21/10/2019. Comprovante de soltura em 23/10/2019.

Nesse contexto, verifico que o presente recurso perdeu o objeto, uma vez que já atendida a pretensão nele requerida.

Ante o exposto, **julgo o presente recurso em habeas corpus prejudicado.**

P.I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator